

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CAMPINEIRA

CNPJ 46.044.780/0001-72

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

I. CONTEXTO OPERACIONAL E POLITICA CONTÁBIL:

NOTA 01 – CONTEXTO E AREA DE ATUAÇÃO

A Associação Beneficente Campineira, instituída pela Associação da Igreja Metodista – 5ª RE – Igreja Metodista Central de Campinas, fundada em 13 de junho de 1950, tendo como endereços:

- Sede – Rua Jose Paulino, 881, Bairro Centro, cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita sob o CNPJ 46.044.780/0001-72.
- Filial (Núcleo) – Rua Dr. Luiz Aristeu Nucci, 163, Bairro Jardim São Marcos, cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita sob o CNPJ 46.044.780/0002-53.

É pessoa jurídica de direito privado e associação com fins **não econômicos** e com prazo de duração indeterminado, regida por seus estatutos sociais devidamente registrados no 1º Cartório de Registro de Pessoa Jurídica de Campinas em 28/11/2016 sob nº 62.790 e por seu Regimento Interno.

Tem por objetivo realizar ações assistenciais de atendimento de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social e Política Nacional da Assistência Social, através da prestação de serviços, execução de programas ou projetos de proteção social básica e especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal.

Tem por missão a assistência social, educacional, cultural, moral e espiritual, especialmente a da criança e do adolescente, e o desenvolvimento de programas em benefício da comunidade.

NOTA 02 – DECLARACAO DE CONFORMIDADE E POLITICA CONTÁBIL

As demonstrações contábeis e financeiras foram elaboradas em moeda corrente nacional, em unidade de reais, em consonância as práticas contábeis em conformidade com a Lei n.º 11.638/07, e alterações posteriores, bem como em conformidade com as normas contábeis vigentes, em especial a resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002, norma especifica para instituições de caráter social, sem fins lucrativos.

Em atendimento a Lei 12.101/2009 em seu art. 33, a escrituração contábil foi segregada por área de atuação para efeito de demonstração das receitas, custos e despesas por serviços, programas e projetos por ela desempenhados.

As demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2023**, compreendem o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

II. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

NOTA 03 – FORMA DAS DEMONSTRACOES CONTABEIS

Os **custos, as despesas e as receitas** da Instituição foram apropriados em obediência ao regime de competência do exercício, e os direitos foram classificados em ordem decrescente de realização e exigibilidade respectivamente, sendo aqueles vencíveis até o exercício seguinte foram classificados no Circulante, enquanto que os que irão vencer após o termino do exercício seguinte, foram classificados no Longo Prazo.

Os **financeiros provenientes de subvenções governamentais**, convênios e parcerias com Entidades sem Fins Lucrativos que estejam sujeitos a prestação de contas, são contabilizados em conta específica no passivo, e após a prestação de contas os recursos utilizados são reconhecidos como receitas.

As **receitas geradas pela prestação de contas** dos recursos de subvenções governamentais utilizados foram contabilizadas em grupo específico de receita e despesas, segregadas dos recursos próprios.

NOTA 04 – DIREITOS, OBRIGACOES

Os **direitos e obrigações** da entidade estão em conformidade com seus efetivos valores reais devidamente atualizados até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

A entidade está em conformidade com as novas disposições contábeis referentes ao pronunciamento CPC 27 e ICPC 10.

NOTA 05 – ATIVO IMOBILIZADO

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. As alíquotas de depreciação estão fundamentadas no tempo de utilização dos referidos bens, não sendo estabelecido valor residual para fins de cálculo por meio do método linear, em conformidade com a NBC TG 27 (R3) e o Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017 . Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente, a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Mantém o controle analítico do saldo de **R\$ 83.740,31** (oitenta e três mil, setecentos e quarenta reais e trinta e um centavos) que representa o custo histórico dos grupos do Ativo Imobilizado deduzidas as depreciações acumuladas. A composição do ativo imobilizado está representada na seguinte forma:



IMOBILIZADO PRÓPRIO	
DESCRIÇÃO	VALOR
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	19.501,20
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	6.268,85
EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES	115.612,40
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	15.210,28
TOTAL	156.592,73
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(78.242,11)
TOTAL IMOBILIZADO PRÓPRIO	78.350,62
IMOBILIZADO ADQUIRIDO COM SUBVENÇÃO	
DESCRIÇÃO	VALOR
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	43.197,76
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	9.944,06
TOTAL	53.141,82
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(47.752,13)
TOTAL IMOBIL. ADQUIRIDO COM SUBVENÇÃO	5.389,69
INTANGÍVEL	
DESCRIÇÃO	VALOR
SOFTWARE	280,00
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(280,00)
TOTAL INTANGÍVEL	0,00
TOTAL IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	83.740,31

NOTA 06 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São representados por dinheiro em caixa, saldos em conta corrente (banco), e investimentos temporários (aplicações financeiras) de curto prazo com liquidez imediata os quais estão demonstrados pelo valor original da aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do o Balanço, com base no regime de competência.

NOTA 07 – RECEITAS DE DOACOES

A entidade recebe **doações** de pessoas físicas e/ou jurídicas. No período em questão a entidade recebeu as seguintes doações:

- 7.1 Doações de Pessoas Físicas** R\$ 16.310,88 valores recebidos através de doações espontâneas.
- 7.2 Doações de Pessoas Jurídicas** R\$ 38.624,82 valores representados por doações espontâneas e demais voluntários sensibilizados com a causa da instituição.
- 7.3 Contribuições p/ Data Comemorativas:** R\$ 14.389,02 referem-se a valores recebidos para compras de insumos para eventos realizados durante o período.
- 7.4 Venda de Produtos:** R\$ 246,00 referem-se a valores recebidos na venda de produtos diversos para ajudar na captação de recursos em prol da própria entidade.
- 7.5 Nota Fiscal Paulista:** R\$ 40.661,03 valor referente ao crédito do Programa Nota Fiscal Paulista.

7.6 Outras Receitas: R\$ 1.141,94 referem-se a valores recebido referente a matrículas p/ curso de artesanato e oficinas diversas.

NOTA 08 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

A Entidade prestou contas aos órgãos convenientes competentes, dos auxílios, subvenções e contribuições repassados para a Entidade, em conformidade com as exigências contidas nas instruções 02/2016 do TCESP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que tem a atribuição constitucional de apreciar as prestações de contas.

NOTA 09 – ISENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL

O valor de isenção de contribuições para a seguridade social usufruída relativa à cota patronal INSS + RAT + TERCEIROS no percentual de 25,8%, perfizeram no período o valor de **R\$ 89.653,46**, integralmente aplicados na área de Assistência Social.

NOTA 10 – FATORES DE RISCO QUE PODEM AFETAR AS OPERACOES DA ENTIDADE

Os principais fatores de risco que a entidade está exposta refletem aspectos ESTRATEGICOS-OPERACIONAIS e ECONOMICO-FINANCEIROS. Os riscos estratégicos-operacionais, tais como, comportamento da demanda e mudanças relevantes no contexto do segmento são analisados, planejados estrategicamente e tratados no modelo de gestão. Os riscos econômico-financeiros são pautados pelo comportamento de variáveis econômicas, políticas governamentais entre outros fatores externos. Estes riscos são geridos por meio de políticas de acompanhamento e monitoramento determinadas e conduzidas pela administração.

Diante dos fatores citados, a entidade detém uma política sólida e conservadora de gestão de recursos, instrumentos e riscos financeiros geridos pela administração.

A política interna aplicada tem como principais objetivos preservar a solidez, liquidez e garantir recursos financeiros para o crescimento sustentável de suas operações na cidade de Campinas.

NOTA 11 – ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

A entidade é representada pelo Sr. Edison Cardoso Lins conforme ata de eleição de diretoria válida.

Campinas, 31 de Dezembro de 2023.



EDISON CARDOSO LINS
PRESIDENTE

ALVARO AUGUSTO DO PRADO CARVALHO
CONTADOR
CRC 1SP285956/O-6